

Celso Antonio Pacheco Fiorillo

PRINCÍPIOS CONSTITUCIONAIS DO DIREITO DA SOCIEDADE DA INFORMAÇÃO

A TUTELA JURÍDICA DO MEIO AMBIENTE DIGITAL

2015





Rua Henrique Schaumann, 270, Cerqueira César — São Paulo — SP
 CEP 05413-909
 PABX: (11) 3613 3000
 SAC: 0800 011 7875
 De 2ª a 6ª, das 8:30 às 19:30
www.editorasaraiva.com.br/contato

Direção editorial Luiz Roberto Cunha
Gerência executiva Rogério Eduardo Alves

Gerência editorial Thaís de Camargo Rodrigues
Assistência editorial Daniel Pavani Naveira

Coordenação geral Clarissa Boraschi Maria
Preparação de originais Maria Izabel Barreiros Bitencourt Bressan e
 Ana Cristina Garcia (coords.)
 Adriana Maria Claudio

Arte e diagramação Laís Soriano
Revisão de provas Amélia Kassis Ward e
 Ana Beatriz Fraga Moreira (coords.)
 Elaine Aparecida Costa Pires

Serviços editoriais Elaine Cristina da Silva
 Kelli Priscila Pinto
 Guilherme Henrique M. Salvador

Capa Roney Camelo

Produção gráfica Marli Rampim
Impressão Bartira Gráfica e Editora
Acabamento Bartira Gráfica e Editora

ISBN 978-85-02-23062-0

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)
 (Câmara Brasileira do Livro, SP, Brasil):

Fiorillo, Celso Antonio Pacheco

Princípios constitucionais do direito da sociedade da informação : a tutela jurídica do meio ambiente digital / Celso Antonio Pacheco Fiorillo. – São Paulo : Saraiva, 2015.

1. Brasil - Constituição (1988) 2. Direito ambiental - Brasil 3. Meio ambiente digital 4. Sociedade da informação I. Título.

14-08196

CDU-34:502.7(81)

Índice para catálogo sistemático:

1. Brasil : Direito da sociedade da informação : Meio ambiente digital : Direito ambiental 34.502.7(81):

Data de fechamento da edição: 16-10-2014

Dúvidas?

Acesse www.editorasaraiva.com.br/direito

Nenhuma parte desta publicação poderá ser reproduzida por qualquer meio ou forma sem a prévia autorização da Editora Saraiva. A violação dos direitos autorais é crime estabelecido na Lei n. 9.610/98 e punido pelo artigo 184 do Código Penal.

138.761.001.001

SUMÁRIO

SOBRE O AUTOR.....	7
INTRODUÇÃO.....	13
CAPÍTULO 1	
SOCIEDADE DA INFORMAÇÃO E SEUS REFLEXOS EM FACE DA CONSTITUIÇÃO FEDERAL.....	15
CAPÍTULO 2	
A CONSTITUIÇÃO FEDERAL E OS PRINCÍPIOS FUNDAMENTAIS DE NOSSO ESTADO DEMOCRÁTICO DE DIREITO	21
1. País e forma de Estado	21
2. Conceito de Estado	22
3. Estado de Direito.....	23
4. Estado Democrático de Direito	24
4.1 Soberania popular combinada com a dignidade da pessoa humana.....	25
4.2 Soberania popular, cidadania e dignidade da pessoa hu- mana com pluralismo político	31
4.3 Cidadania combinada com a dignidade da pessoa humana em face da iniciativa popular, visando às leis complemen- tares e ordinárias.....	35
4.4 Valores sociais do trabalho e da livre-iniciativa, tendo por fim assegurar a todos existência digna.....	37
4.5 A democracia social vinculada ao exercício da cidadania e dignidade da pessoa humana	41
4.5.1 A educação.....	42
4.5.2 A saúde	42

4.5.3 O trabalho	46
4.5.4 O lazer.....	46
4.5.5 A segurança	48
4.5.6 A previdência social.....	48
4.5.7 A proteção à maternidade e à infância (a questão da família e do idoso).....	49
4.5.8 A assistência aos desamparados	56
4.6 A democracia cultural adaptada à cidadania e à dignidade da pessoa humana.....	57
4.7 A democracia dos meios de comunicação social visando ao exercício da cidadania e da dignidade da pessoa humana	69
5. Território e forma de Estado	79
6. Federalismo e Federação	80
7. Soberania e autonomia	82
8. Município.....	86

CAPÍTULO 3

A SOCIEDADE DA INFORMAÇÃO EM FACE DO ESTADO DEMOCRÁTICO DE DIREITO E SUA INSERÇÃO NO ÂMBITO DO MEIO AMBIENTE CULTURAL	89
1. Meio ambiente e patrimônio cultural.....	89
2. Conceito de patrimônio cultural	89
3. Natureza jurídica do patrimônio cultural.....	90
4. Competência sobre o patrimônio cultural	93

CAPÍTULO 4

NATUREZA JURÍDICA DOS BENS CULTURAIS COMO BENS AMBIENTAIS EM FACE DA ORDEM JURÍDICA DO CAPITALISMO	95
1. O bem ambiental criado pela Constituição Federal de 1988 como terceiro gênero de bem e a contribuição dada pela doutrina italiana em face da análise dos direitos metaindi- viduais.....	95
2. Bens culturais como bens ambientais	121

CAPÍTULO 5

TUTELA JURÍDICA DO MEIO AMBIENTE DIGITAL NO ÂMBITO DO MEIO AMBIENTE CULTURAL	123
1. Meio ambiente cultural e internet: o potencial das tecnologias da comunicação para a sustentabilidade na sociedade da informação.....	123
1.1. Introdução.....	123
1.2. O sentido da expressão “meio ambiente” e as relações humanas: a concepção cultural	124
1.3. A sustentabilidade na sociedade da informação	127
1.4. O uso da internet nas estratégias socioambientais.....	130
1.5. As redes virtuais como elemento do paradigma democrático	135
2. Meio ambiente digit@l na sociedade da informação e sua tutela jurídica vinculada ao direito ambiental brasileiro.....	137
2.1. A pessoa humana como destinatária do direito ambiental brasileiro.....	137
2.2. Meio ambiente cultural.....	139
2.3. Meio ambiente cultural em face da sociedade da informação.....	140
2.3.1. Meio ambiente e patrimônio cultural.....	140
2.3.2. Conceito de patrimônio cultural	140
2.3.3. Natureza jurídica do patrimônio cultural e seus reflexos na comunicação social (art. 220 da CF): o meio ambiente digital.....	141
2.3.4. Sociedade da informação e meio ambiente digital....	144
REFERÊNCIAS	157